

Companhia  
Energética  
Manauara

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2022**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>14</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>17</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>18</b>

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Manauara (CEM), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores seu Relatório Anual, contendo a síntese dos principais fatos ocorridos e julgados relevantes, as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A CEM foi constituída em 30 de março de 2005, tendo por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoeétrica no município de Manaus/AM.

Detém autorização do Poder Concedente para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica (PIE) por meio da Resolução Autorizativa n.º 608, de 13 de junho de 2006, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Seu parque gerador, com quatro motores em operação e capacidade instalada inicial de 68,30 MW, entrou em operação comercial em 22 de setembro de 2006. Além dos quatro motores em operação, existe uma quinta máquina reserva que é acionada em momentos de manutenções das demais. Os seus motores que inicialmente operavam apenas com óleo combustível, foram submetidos à uma conversão em 2012 e passaram a operar em sistema bicomustível (90% gás natural e 10% óleo combustível) para o fornecimento contínuo e confiável de energia ao sistema elétrico da cidade de Manaus, contribuindo desta maneira, dentre outros fatores, com menores níveis de emissões atmosféricas.

A CEM, em 2021, contratou a Wärtsilä para uma nova conversão de seus cinco motores (quatro em operação e um reserva) para a modalidade SG, com operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás. A conversão do último motor foi concluída em 30 de janeiro de 2022. Os motores convertidos tiveram os seus horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção, além do aumento da capacidade instalada para 73,4 MW. O investimento total no projeto foi de R\$ 124 milhões. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da Conta de Consumos de Combustíveis (CCC).

A UTE Manauara possui contrato para o fornecimento exclusivo de energia firme gerada (potência de 60 MW) à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, que incorporou a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A (AmGT), sucessora da Amazonas Energia (AME). O contrato tem vigência por vinte anos (em 2025) e, ao final, os bens e instalações da UTE serão revertidos e passarão a integrar o patrimônio da Eletronorte, sem qualquer indenização.

Em razão das obrigações e direitos estabelecidos em contrato, que dentre outras condições representa a transferência de riscos e benefícios relevantes para a Eletronorte, esta operação se caracteriza como arrendamento mercantil, sob a égide do CPC 06 (R2).

### **SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA**

Ações adotadas pelo Grupo Global que contribuem para a busca por harmonia entre aspectos sociais, ambientais e econômicos e demonstram de que forma estão alinhadas com o conceito **ESG** – *Environmental, Social and Governance*.

A geração limpa e renovável das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) contribui para reduzir as emissões relativas do Grupo.

Ações de sustentabilidade corporativa encontradas em empresas do Grupo:

**E/A (ambiental)** - contribuições para minorar o efeito de seu processo produtivo no meio ambiente:

- adequada manutenção preventiva e preditiva de seus conjuntos geradores para garantir o consumo eficiente de combustível, controlado por indicador de meta;
- efetivo controle das emissões atmosféricas por meio de medições sistemáticas e monitoramento da qualidade do ar nas áreas de influência dos empreendimentos, buscando níveis mínimos;
- tratamento da água e reutilização dos efluentes do processo produtivo;
- preocupação com o descarte de resíduos, especialmente peças e componentes eletrônicos, dando-lhes a destinação adequada;
- manutenção e replantio de árvores do bioma do entorno das usinas do Grupo.

**S (social)** - atua valorizando a dignidade do ser humano, o meio ambiente e a gestão do patrimônio, voltando-se para o desenvolvimento da saúde, segurança e diversidade entre os colaboradores, bem como para atividades beneficentes na comunidade vizinha às usinas do Grupo e na sociedade em geral:

- o combate à discriminação constitui um valor da cultura do Grupo, não sendo admitidos *bullying*, assédio nem qualquer tipo de discriminação de crença, idade, sexo, orientação sexual etc.;
- apoio à inclusão social e diversidade no quadro de pessoal do Grupo, prevalecendo a meritocracia, a dedicação e o trabalho;
- atendimento às normas trabalhistas;
- valorização da segurança e da saúde no ambiente de trabalho, tendo a vida como um valor absoluto, promovendo condições de trabalho seguras e saudáveis e protegendo o meio ambiente;
- programas de recrutamento de jovens aprendizes e PcDs (Pessoas com Deficiência).

**G (governança)** - gestão de caráter preventivo e inibidora de ocorrências indesejáveis no contexto organizacional, tendo como princípios norteadores: equidade, transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

- forte cultura organizacional, tendo conselho de administração ativo, sem envolvimento em fraudes ou escândalos;
- submissão das demonstrações financeiras ao exame de auditoria externa dentre as quatro grandes (*big four*);
- identificação antecipada dos riscos potenciais, análise e adoção de medidas preventivas aplicáveis na gestão de riscos;
- mitigação do risco de desvios éticos, apoiada por auditoria interna nas coligadas, assegurando tolerância zero para desvios;
- comunicação transparente e objetiva dos valores e compromissos, promovendo a influência positiva em todo o ambiente corporativo e nas relações, levando ao reconhecimento;
- existência de canais de denúncias, apuração sigilosa em alto nível e eventuais sanções sob decisão do Comitê de *Compliance*;
- minimização de falhas e ocorrência de fraudes, com base no Código de Conduta e arcabouço normativo formalizado;

- transparência entre as partes interessadas, informando fatos positivos e negativos, sem restrição, como condição fundamental para conquistar confiança interna e externa;
- estímulo ao aprendizado e busca de aprimoramento contínuo e incremental dos processos internos da organização;
- integração e balanceamento dos indicadores de desempenho por meio de metas empresariais (coletivas) e individuais, como desdobramento de metas empresariais.

### **DESEMPENHO OPERACIONAL**

A usina está conectada ao Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN) desde julho de 2012 e vem sendo despachada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A UTE operou em 2022 conforme os parâmetros contratuais estabelecidos, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência).

O *leasing* financeiro e serviços de operação e manutenção da UTE Manauara assegurou uma potência de 61,80 MW (61,84 MW, em 2021) às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, superando a disponibilidade contratual (60 MW de potência), gerando e injetando no sistema 541.375 MWh (541.776 MWh, em 2021).

A CEM vem desenvolvendo projetos para mitigar os impactos socioambientais de seu empreendimento e controlar os riscos e a ocorrência de incidentes ambientais, não tendo sido registrada nenhuma ocorrência em 2022.

### **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

As demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Considera-se que os indicadores econômico-financeiros, apurados no exercício findo de 2022, apresentaram-se adequados aos requisitos de contratos de financiamento, atendendo aos *covenants* preestabelecidos, possibilitando manutenção da classificação dos saldos de financiamento no longo prazo (passivo não circulante).

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas de 2022.

O desempenho econômico-financeiro de 2022, comparativamente ao de 2021, foi influenciado pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2022, que reajusta tarifas e serviços, bem como o saldo de Arrendamento Mercantil a Receber.

Observe-se a seguir os resultados de 2022 comparativamente com as informações relativas ao exercício de 2021 (entre parênteses):

**Receita Operacional Líquida (ROL):** R\$ 38,7 milhões (R\$ 34,7 milhões, em 2021), apresentando um incremento de 11,4%. Evolução favorável explicada, principalmente, por:

- Variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) em 2022 (21,7%), que reajusta tarifas e serviços; e
- Não obstante, o efeito redutor na Receita Bruta do reconhecimento das contribuições para o PIS e a Cofins, acumuladas pela sistemática não-cumulatividade no regime de caixa até julho de 2022, para o regime de competência.

Em conformidade com o [DL 1.598/1977](#), art. 10, § 3º e [IN SRF 21/1979](#) a CEM tributava as contribuições para o PIS e a Cofins (incidente sobre faturamento) pelo regime de caixa. Com a desestatização da Eletronorte pela privatização da controladora Eletrobras (08/08/2022), precisou adotar o regime de competência, reconhecendo as diferenças acumuladas em agosto de 2022, de forma não recorrente.

**Custos e Despesas Operacionais:** R\$ 27,4 milhões (R\$ 44,3 milhões, em 2021), com redução de 38,2%. Evolução favorável que decorreu, sobretudo, da diminuição nos custos com operação e manutenção, em razão da conversão dos motogeradores cujos horímetros foram zerados, voltando à condição de motores novos. Além disso, em 2022 houve a habilitação do crédito de PIS e COFINS na RFB, decorrente da decisão judicial.

**Resultado Operacional:** lucro de R\$ 11,3 milhões (prejuízo de R\$ 9,5 milhões em 2021), com evolução favorável de R\$ 20,8 milhões, refletindo a redução dos custos operacionais e a habilitação do crédito de PIS e COFINS citado acima.

**EBITDA** (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): positiva em R\$ 12,4 milhões (negativa de R\$ 8,6 milhões em 2021), apresentando evolução favorável de R\$ 21,0 milhões, explicada especialmente pelo resultado lucro operacional. Ressalte-se que o resultado operacional adota critério determinado pelo CPC 06 (R2) - Arrendamentos (assim, a quota anual de depreciação, desconsidera os bens arrendados).

**Resultado Financeiro:** superavitário, de R\$ 60,4 milhões (R\$ 53,9 milhões, em 2021). Variação favorável de 12,1%, explicada principalmente pelo aumento da receita financeira em razão da sistemática do CPC 06 (R2), além da receita financeira da atualização pela SELIC do crédito de PIS e COFINS habilitado pela RFB.

**Lucro Líquido:** R\$ 60,5 milhões (R\$ 42,3 milhões, em 2021), evolução favorável de 43,1%, explicada especialmente pela habilitação do crédito de PIS e COFINS, diminuição nos custos com operação e manutenção em função da conversão e pela receita financeira calculada pela sistemática do CPC 06 (R2).

**Contas a Receber:** R\$ 36,0 milhões (R\$ 37,5 milhões em 2021), apresentando uma discreta variação desfavorável de 3,9%, correspondente ao saldo de recebíveis com a ELETRONORTE, de valores a vencer em até dois meses.

**Capital de Giro:** O capital circulante líquido, positivo em R\$ 92,7 milhões (R\$ 140,2 milhões, em 2021), apresentou redução de 33,9%, explicado pelo aumento das obrigações a pagar de curto prazo, principalmente com empréstimos e dividendos a pagar.

**Endividamento:** a dívida financeira líquida (financiamentos, líquidos dos depósitos bancários vinculados) atingiu R\$ 59,6 milhões (103,3 milhões, em 2021), variação em razão das amortizações realizadas.

**Disponibilidades** (caixa e aplicações financeiras): R\$ 37,5 milhões (R\$ 18,2 milhões em 2021), variação favorável de 105,5%.

**Remuneração Paga aos Acionistas** (Juros sobre o Capital Próprio, Líquido de IRRF e Dividendos desembolsados): R\$ 87,8 milhões (R\$ 9,8 milhões, em 2021), incremento de 795,9%.

**Agradecimentos**

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades de sua área de atuação pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Manaus, 21 de março de 2023.

**Jones Aranha de Sá**  
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar  
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores  
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres  
41820-021 - Salvador/BA - Brasil  
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil  
Telefone +55 (71) 3273-7350  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia Energética Manauara  
Salvador – BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Dependência Econômica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a totalidade da receita de venda de energia é proveniente exclusivamente do contrato de arrendamento mercantil financeiro junto a Centrais Elétricas do Norte S.A. ("Eletronorte"). Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Arrendamento Mercantil

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia vai encerrar seu contrato de operação junto à Eletronorte em maio de 2025 e com isso possui expectativa de descontinuar sua operação ao término do contrato. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 21 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/F-7



Hildebrando Oliveira de Abreu Filho  
Contador CRC BA-029520/O-7

## Companhia Energética Manauara

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	2022	2021	Passivos	Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulantes</b>				<b>Circulantes</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.492	18.244	Fornecedores	11	2.755	2.235
Depósitos bancários vinculados	5	6.263	6.093	Empréstimos e financiamentos	12	65.908	44.275
Contas a receber de clientes	6	35.996	37.475	Obrigações sociais e trabalhistas		624	591
Arrendamento mercantil a receber	7	62.485	62.583	Obrigações tributárias	13	4.752	8.043
Adiantamentos a fornecedores	9	30	7.321	Imposto de renda e contribuição social a recolher		6.291	408
Impostos a recuperar	10	14.829	9.051	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18	28.522	17.000
Estoques	8	13.469	32.302	Outras contas a pagar	15	222	181
Outras contas a receber	9	17.867	39.909	Total dos passivos circulantes		109.074	72.733
Total dos ativos circulantes		188.431	212.978	<b>Não circulantes</b>			
<b>Não circulantes</b>				Empréstimos e financiamentos	12	-	65.118
Arrendamento mercantil a receber	7	74.782	124.445	Tributos diferidos	14	14.403	17.240
Impostos a recuperar	10	572	573	Outras contas a pagar	15	1.429	1.216
Depósitos judiciais		95	95	Total dos passivos não circulantes		15.832	83.574
Outras contas a receber	9	33.303	33.303	<b>Patrimônio líquido</b>			
Imobilizado		15.870	13.651	Capital social		50.000	50.000
Total dos ativos não circulantes		124.622	172.067	Reservas de legal		10.000	10.000
				Reservas de lucros		128.147	168.738
				Total do patrimônio líquido	18	188.147	228.738
<b>Total dos ativos</b>		<b>313.053</b>	<b>385.045</b>	<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>313.053</b>	<b>385.045</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Manauara

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Receita operacional líquida</b>	20	38.697	34.722
<b>Custos de operação e manutenção</b>	21	<u>(23.767)</u>	<u>(35.409)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) bruto</b>		14.930	(687)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(11.311)	(7.806)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	<u>7.724</u>	<u>(1.052)</u>
<b>Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro</b>		<u>11.343</u>	<u>(9.545)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	75.417	65.194
Despesas financeiras	22	<u>(14.987)</u>	<u>(11.263)</u>
Total		<u>60.430</u>	<u>53.931</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>71.773</u>	<u>44.386</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>			
Corrente	19	(28.614)	(23.542)
Diferido	19	2.837	6.676
Incentivo fiscal	19	<u>14.533</u>	<u>14.772</u>
Total		<u>(11.244)</u>	<u>(2.094)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>60.529</u>	<u>42.292</u>
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de ações</b>		<u>1,345</u>	<u>0,940</u>
<b>Lucro líquido do exercício atribuível a:</b>			
Acionistas controladores		60.238	42.089
Acionistas não controladores		<u>291</u>	<u>203</u>
		<u>60.529</u>	<u>42.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Companhia Energética Manauara**

### **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	60.529	42.292
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<u><u>60.529</u></u>	<u><u>42.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Companhia Energética Manauara

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		50.000	10.000	51.229	97.083	-	208.312
Lucro líquido do exercício	18	-	-	-	-	42.292	42.292
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal	18	-	-	14.772	-	(14.772)	-
Dividendos adicionais de 2020 (R\$0,11 por lote de mil ações)	18	-	-	-	(4.866)	-	(4.866)
Dividendos intermediários a pagar de 2021 (R\$0,38 por lote de mil ações)	18	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Complemento de reservas de lucros retidos	18	-	-	-	10.520	(10.520)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>66.001</u>	<u>102.737</u>	<u>-</u>	<u>228.738</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	60.529	60.529
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal		-	-	14.533	-	(14.533)	-
Dividendos adicionais pagos de 2021 (R\$1,98 por lote de mil ações)		-	-	-	(89.120)	-	(89.120)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,27 por lote de mil ações)		-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Complemento de reservas de lucros retidos		-	-	-	33.996	(33.996)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<u>50.000</u>	<u>10.000</u>	<u>80.534</u>	<u>47.613</u>	<u>-</u>	<u>188.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Companhia Energética Manauara

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		60.529	42.292
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	21	1.034	912
Variação cambial líquida	22	1.849	(3.126)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	12 e 22	12.346	10.116
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 22	567	567
Rendimento de depósitos bancários vinculados	22	(2.662)	(1.462)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(2.837)	(11.047)
Ajuste a valor presente	22	(12.821)	(16.543)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		1.479	(590)
Arrendamento mercantil a receber		62.582	62.667
Estoques		18.833	(11.355)
Impostos a recuperar		(37.814)	(29.218)
Despesas antecipadas e outros		29.333	34.923
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.329)	(3.032)
Obrigações tributárias		37.430	29.974
Obrigações sociais e trabalhistas		33	62
Outras contas a pagar		254	(667)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>168.806</u>	<u>104.473</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos			
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(4.601)	(4.669)
Caixa líquido aplicado nas das atividades operacionais		<u>(12.249)</u>	<u>(9.504)</u>
		<u>151.956</u>	<u>90.300</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado		(3.253)	(10.536)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		2.492	1.403
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>(761)</u>	<u>(9.133)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(44.149)	(55.800)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18	(87.798)	(9.839)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>(131.947)</u>	<u>(65.639)</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>19.248</u>	<u>15.528</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	18.244	2.716
	4	<u>37.492</u>	<u>18.244</u>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>			
		<u>19.248</u>	<u>15.528</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia Energética Manauara (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoeletrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Centrais Elétricas do Norte S/A (“Eletronorte”), anteriormente Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”). Em 1.º de julho de 2021 a empresa Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A – Eletrobras Amazonas GT foi incorporada pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.– Eletronorte, a qual absorveu todos os ativos, colaboradores, bem como compromissos e responsabilidades da Amazonas GT.

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica por meio da Resolução Autorizativa n.º 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 73.400 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 18.350 kW. Além disso, conta com uma quinta unidade motogeradora de contingência, que é acionada em períodos de parada para manutenções corretivas e preventivas a fim de garantir o cumprimento da geração mensal contratual.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato de Suprimento de Energia n.º 1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

A Companhia possui um faturamento fixo mensal com base na sua Potência Contratada Mensal de 60 MW, com preço específico reajustado anualmente e um faturamento variável mensal pela Energia Fornecida referente à operação e manutenção (O&M) com preço específico reajustado anualmente. Este valor é definido pela Energia Líquida Fornecida (MW/h) a cada mês.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A Companhia também é responsável pela aquisição de insumos necessários para a geração, enquanto a Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural. A produção de energia elétrica é integralmente transferida à Eletronorte.

A Eletronorte é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

## **1.1 Conversão dos motogeradores**

Em 2020 a Companhia obteve da Eletronorte a aprovação para conversão dos motogeradores para a modalidade SG (Single Gás), ou seja, operação com 100% gás natural, sem necessidade de compressor de gás e óleo combustível. A conversão das cinco unidades foi concluída em janeiro de 2022, e efetuada de forma gradual, um motor por vez, para que a geração de energia não fosse interrompida, em 2021 quatro dos cinco motores foram totalmente convertidos. O serviço de conversão foi efetuado pela própria fabricante dos motogeradores, Wärtsilä, na modalidade Turn key, ou seja, entregues prontos para uso.

Os motogeradores convertidos tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. O investimento no projeto foi de em R\$ 124.000, dos quais já foram totalmente quitados ao fornecedor. Considerou-se para viabilizar o projeto o reembolso via Sub-rogação da CCC, no valor estimado de até R\$ 96.100, atualizados pelo IPCA. O valor a reembolsado pela CCC foi inferior ao valor do investimento da conversão homologado pela ANEEL, tal diferença, conforme determinada em contrato foi considerada como investimento não amortizado, e passível de compensação financeira pela Eletronorte ao término da conversão dos motores, no montante total de R\$124.394 mais atualizações, ou seja, a Companhia obteve reembolso de 100% do valor investido.

A conversão dos motores não acarretou qualquer alteração contratual relacionada a precificação do arrendamento e de demais serviços de operação e manutenção entre a Companhia e a Eletronorte, a exceção está relacionada a indisponibilidade involuntária de energia que ficou limitada a 5% da potência contratada durante o período da prestação de serviço da conversão por consequência da parada dos motores. Para maiores detalhes sobre os impactos dessa conversão ver nota explicativa 7.

## **1.2 Finalização do arrendamento mercantil**

Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com base no Contrato firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte.

A expectativa da Administração é de descontinuidade operacional da Companhia, após o encerramento do contrato (maio de 2025).

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial de modo a assegurar o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante de provável descontinuidade operacional da Companhia, após o encerramento do Contrato.

### ***Contas a receber***

Os montantes a receber de energia são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas porque não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

### ***Estoque***

Os itens do estoque serão transferidos para Eletronorte ao fim do Contrato. A Administração vislumbra não haver perdas na realização do estoque considerando, sobretudo a majoração dos valores (preços) no mercado nacional e internacional.

### ***Outras contas a receber e P&D a pagar***

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

### ***Fornecedores***

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até 31 de Maio de 2025, sem qualquer perspectiva de multas e/ou penalidades previstas. Eventuais saldos remanescentes serão irrelevantes.

A administração vem trabalhando na elaboração de um plano de reestruturação de sua operação com expectativa de aprovação e divulgação do mesmo no segundo semestre de 2025.

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, da unidade geradora de caixa que poderá ser descontinuada, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas da ANEEL, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **Autorização para emissão das demonstrações financeiras**

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 21 de março de 2023, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### **Bases de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

### **Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

### ***Incertezas sobre premissas e estimativas***

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

- **NE n.º 7** – Arrendamento mercantil financeiro CPC06 (R2);

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

## **3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

### **Instrumentos financeiros**

#### ***Reconhecimento e mensuração inicial***

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### ***Ativos financeiros***

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***

A Companhia realiza anualmente uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

#### ***Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

O ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

#### ***Passivos financeiros***

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

### ***Custo amortizado***

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

### ***Compensação de instrumentos financeiros***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### ***Mensuração a valor justo***

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs* observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

### **Caixa e equivalentes a caixa**

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **Contas a receber**

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com o cliente, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

### **Depósitos bancários vinculados**

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

### **Arrendamento mercantil**

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Eletronorte e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Eletronorte, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

### **Estoques**

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido dos dois o menor e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **Imobilizado**

#### ***Reconhecimento e mensuração***

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

#### ***Custos subsequentes***

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

### ***Depreciação***

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL n.º 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente de energia. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### ***Redução ao valor recuperável (impairment)***

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

### ***Instrumentos financeiros***

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

### ***Instrumentos não financeiros***

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

### ***Empréstimos, financiamentos e debêntures***

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

### **Subvenção e assistência governamentais**

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia possui os benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC para reembolso da conversão dos motogeradores até o final do contrato e o benefício da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração.

### **Imposto de renda e contribuição social - Correntes**

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetuou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

### **Imposto de renda e contribuição social – Diferidos**

#### ***Ativos e passivos fiscais diferidos***

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

### **Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

### **Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica**

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados ao cliente de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

- **Receita com venda da potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo):** refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado na licitação, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (v) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa n.º 1.

- **Receita com venda de energia (obrigação de desempenho em ponto específico do tempo):** refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

#### **Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

- (a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

<b>Norma</b>	<b>Correlação IASB</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
CPC 25	IAS 37	- Especificação de quais custos uma entidade deve incluir como custo de cumprimento de um contrato ao avaliar se um contrato é oneroso.	
CPC 27	IAS 16	- Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo, no resultado.	01/01/2022
CPC 15 (R1)	IFRS 3	- Referências à Estrutura Conceitual.	
CPC 37 (R1) CPC 48 CPC 29	IFRS 1 IFRS 9 IAS 41	- Melhorias anuais às normas IFRS (IFRS 1, IFRS 9 e IAS 41).	

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022, Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:

<b>Norma</b>	<b>Correlação IASB</b>	<b>Descrição da alteração</b>	<b>Vigência</b>
CPC 11	IFRS 4	- Adiamento da Isenção temporária do CPC 48.	
CPC 47	IFRS 1	- Correção de inconsistência identificada no texto do Pronunciamento Técnico CPC 47.	
CPC 32	IAS 34	- Tributos diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	01/01/2023, exceto para os CPCs 47 e 48 que possuem vigência imediata.
CPC 23	IFRS 3		
CPC 26 (R1)	IAS 1		
CPC 40 (R1)	IAS 8		
CPC 49	IFRS 7	- Sobre definição e divulgações de Políticas Contábeis.	
CPC 21 (R1)	IAS 26		
CPC 37 (R1)	IAS 12		

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	2	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	37.490	18.240
<b>Total</b>	<b>37.492</b>	<b>18.244</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados a taxa de 96% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI), Operações Compromissadas com taxa de 70% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) e Fundos de Investimento que buscam superar a rentabilidade de 100% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

#### 5 Depósitos bancários vinculados

	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	6.263	6.093

Aplicação na forma de um CDB dado como garantia ao financiamento contratado com o Banco do Brasil, conforme a nota explicativa n.º 12. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o rendimento foi de 96% CDI.

## 6 Contas a receber de cliente

	2022	2021
Valores a vencer	35.996	37.475

Os saldos a receber são na sua totalidade com a Eletronorte e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

## 7 Arrendamento mercantil a receber

Com base nas considerações da nota explicativa n.º 3, a Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos recebíveis de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	2022	2021
<u>Ano de vencimento</u>		
2022	-	62.583
2023	62.485	62.485
2024	62.385	62.385
2025	26.178	26.178
Subtotal	151.048	213.631
Ajuste ao valor presente	(13.781)	(26.603)
Total	137.267	187.028
Circulante	62.485	62.583
Não circulante	74.782	124.445
Total	137.267	187.028

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 01 de janeiro de 2021	233.152
Ajuste a valor presente	16.543
Baixa por realização	(62.667)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	187.028
Ajuste a valor presente	12.821
Baixa por realização	(62.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	137.267

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu uma receita de juros sobre recebíveis de arrendamento de R\$ 12.821 (R\$ 16.543 em 2021).

### **Modificação dos motogeradores**

O aditivo contratual entre a Companhia e Eletronorte foi assinado em setembro de 2020, aprovando a conversão dos motogeradores, sendo essa a data efetiva de modificação do contrato de arrendamento conforme determina o CPC 06. A modificação do arrendamento financeiro não caracterizou um arrendamento separado (novo), como também, não gerou uma alteração de classificação do arrendamento original para um contrato de arrendamento operacional. Diante dessas circunstâncias, o CPC 06 determina que o arrendador deva aplicar os requisitos do CPC 48 Instrumentos Financeiros, ou seja, avaliar se o instrumento financeiro original (a receber do arrendamento) sofreu modificação substancial qualitativa e quantitativa, ao ponto de ser considerado extinto, e consequentemente substituído por um novo instrumento financeiro mensurado ao valor justo.

A administração efetuou as devidas análises e concluiu que as características do contrato original foram mantidas e que não houve qualquer alteração no fluxo de caixa contratual original, desta forma a modificação não gerou impactos contábeis. No entanto, o aditivo contratual adiciona o serviço de conversão dos motogeradores que foi avaliado pelo CPC 47 Receita de Contrato com Clientes, em 2022 a Companhia reconheceu uma receita pela prestação de serviço atrelada a conversão no montante de R\$124.394 mais atualizações. No exercício de 2023 a Companhia não reconheceu receita referente a esse tipo de prestação de serviço.

## **8 Estoques**

	2022	2021
Combustível	627	397
Almoxarifado de peças para manutenção (a)	12.390	31.443
Outros estoques	452	462
Total	13.469	32.302

- (a) A redução no saldo de almoxarifado de peças para manutenção refere-se a conclusão da conversão dos motogeradores. Em 2021, foram convertidos quatro motogeradores dos cinco instalados e em 2022 o último motogerador foi convertido e instalado. Ver Notas Explicativas n.º 1.1 e 7 para mais esclarecimentos.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

## 9 Outras contas a receber

	2022	2021
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	-	640
Despesas antecipadas	967	377
Receita de subrogação (b)	50.154	72.162
Outras contas a receber	49	33
<b>Total</b>	<b>51.170</b>	<b>73.212</b>
Circulante	17.867	39.909
Não circulante	33.303	33.303
<b>Total</b>	<b>51.170</b>	<b>73.212</b>

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei n.º 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis fosseis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. A Companhia realizava a antecipação de pagamento das faturas ao fornecedor para posterior recebimento do montante pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A partir da conversão dos motores para operação com 100% gás natural, a Companhia não realizou mais aquisições de óleo combustível para sua geração.
- (b) Valores a receber relativos a reembolso da CCEE através da Suborogação da CCC atrelados a conversão dos motores, conforme explico na nota explicativa 1.1 e atualizados pelo IPCA. A medida que a prestação do serviço de conversão foi prestado pelo fornecedor contratado pela Companhia, a mesma reconhecia a correspondente parcela da receita contratualmente acordada com a CCEE como reembolso pela gestão dos serviços contratados de terceiros. O montante em aberto será liquidado mensalmente até maio de 2025.

## 10 Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS sobre ativo imobilizado	-	224
PIS sobre faturamento	-	1.497
COFINS sobre ativo imobilizado	-	1.033
COFINS sobre faturamento	15.303	6.867
ICMS a recuperar	96	-
Outros	2	3
<b>Total</b>	<b>15.401</b>	<b>9.624</b>
Circulante	14.829	9.051
Não circulante	572	573
<b>Total</b>	<b>15.401</b>	<b>9.624</b>

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Eletronorte, os quais são compensados com obrigações de tributos federais. Em função dos custos com a conversão dos motores, a Companhia utilizou créditos não cumulativos, acumulando as retenções na fonte da Eletronorte, iniciando suas compensações a partir de 2022.

Em 2022, tivemos a habilitação dos créditos tributários na Receita Federal do Brasil através dos processos decorrentes da decisão judicial, dos quais já foram parcialmente compensados através de PerDcomps em 2022.

A administração através de suas projeções entende que todo os saldos de impostos a recuperar serão compensados no transcorrer de 2023.

## 11 Fornecedores

	2022	2021
Gera - Geradora de Energia do Amazonas	85	85
MRS Comércio Serviços e Representações Ltda.	425	-
Tokio Marine Brasil Seguradora	-	228
Vibra Energia S.A.	150	-
Wartsila (Brasil e Filândia) (a)	1.441	1.673
Outros fornecedores	654	249
<b>Total</b>	<b>2.755</b>	<b>2.235</b>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina e fornecimentos de peças e sobressalentes..

Os maiores contratos para a operação da Companhia estão datados até maio de 2025 e não há perspectiva multas e/ou penalidades previstas.

Diante do exposto, a administração acredita que o cumprimento de suas obrigações ocorrerá conforme planejado e que os fluxos de caixa a serem gerados pela Companhia com base nas projeções financeiras e demais ações previstas no seu plano de negócios, serão suficientes para honrar com todos os compromissos assumidos junto aos bancos, fornecedores e demais credores.

## 12 Empréstimos e financiamentos

	Vencimento		Circulante		2022	2021
	principal	Taxas efetiva	Encargos	Principal		
Banco do Brasil - CCB (a)	out/23	CDI+2,33% a.a.	790	65.545	66.335	110.387
(-) Custos de transação			-	(427)	(427)	(994)
<b>Total</b>			<b>790</b>	<b>65.118</b>	<b>65.908</b>	<b>109.393</b>
Circulante			790	65.118	65.908	44.275
Não circulante			-	-	-	65.118
<b>Total</b>			<b>790</b>	<b>65.118</b>	<b>65.908</b>	<b>109.393</b>

Cédula de crédito bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000 para a viabilização da conversão dos motores de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais juros fixos de 2,33% ao ano.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	20.825	143.189	164.014
Juros e variações monetárias provisionadas	10.116	-	10.116
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(9.504)	-	(9.504)
Amortização dos custos de captação	567	-	567
Transferências	78.071	(78.071)	-
Pagamentos de principal	(55.800)	-	(55.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	44.275	65.118	109.393
Juros e variações monetárias provisionadas	12.346	-	12.346
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(12.249)	-	(12.249)
Amortização dos custos de captação	567	-	567
Transferências	65.118	(65.118)	-
Pagamentos de principal	(44.149)	-	(44.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>65.908</u>	<u>-</u>	<u>65.908</u>

Todos os financiamentos são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco do Brasil.

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- (a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretratável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro-solvendo” e sob condição resolutive, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva. Não há retenção destes valores de modo que a Companhia pode utilizá-los a qualquer momento.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

Tipo do Financiamento	Garantias
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2- Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3- Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4- Alienação fiduciária dos bens em garantias 5- Seguros dos bens em garantias e 6 – Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos *covenants*, conforme apresentado a seguir:

<b>Cláusula restritiva</b>	<b>Requerimentos</b>	<b>Instituição</b>
Cédula de Crédito Bancário	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000 Relação de dívida financeira líquida/EBITDA (ajustado com efeito caixa do CPC 06) inferior a 2,5	BB

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia cumpriu com todos os *covenants*.

### 13 Obrigações tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
INSS serviços de terceiros	185	223
PIS - Programa de integração social	212	464
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade	983	2.136
PIS/COFINS/CSLL retidos	94	84
ICMS e DIFAL	3.190	4.830
Outros tributos a recolher	88	306
<b>Total</b>	<b><u>4.752</u></b>	<b><u>8.043</u></b>

### 14 Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os tributos diferidos contabilizados no passivo tinham a seguinte origem:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.404)
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	15.018	20.159
Diferenças temporárias	(615)	(515)
<b>Total</b>	<b><u>14.403</u></b>	<b><u>17.240</u></b>
Efeito no resultado	<u>2.837</u>	<u>6.676</u>

- (a) A Companhia apurava e recolhia com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa até 2021, com base no Decreto 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei 1.598/77, artigo 10, §3.º IN SRF 21/79, Lei 9.718/1998, artigo 7.º, parágrafo único. A partir de 2022, com a privatização da Eletronorte, foi realizado o ajuste do regime de tributação de caixa para competência.
- (b) Os tributos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 06 - Arrendamento mercantil financeiro, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

## 15 Outras contas a pagar

	2022	2021
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	1.651	1.397
Circulante	222	181
Não Circulante	1.429	1.216
Total	<u>1.651</u>	<u>1.397</u>

O objetivo do Programa de P&D da ANEEL é promover a cultura da inovação, estimulando a pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico brasileiro, criando equipamentos e aprimorando a prestação de serviços que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modicidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

## 16 Partes relacionadas

A Companhia faz parte do Grupo Global e sua controladora final é a Commandery Participações S.A.

A Companhia não possui contrato de mútuo, conta corrente ou qualquer transação com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

### Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2022, foram pagos honorários para a Administração no montante de R\$1.031, sendo R\$752 de remuneração fixa e R\$279 de remuneração variável (31 de dezembro de 2021, R\$749, sendo R\$ 517 de remuneração fixa e R\$ 232 de remuneração variável).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

## 17 Processos judiciais e administrativos

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Os processos avaliados, pelos assessores jurídicos, como perda possível, que não requerem a necessidade de provisão seriam: processos de natureza cível no montante de R\$55.000 e de natureza tributária no montante de R\$94.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como risco de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

## **18 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social da Companhia é de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão totalmente pagas e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

	<u>2022 e 2021</u>	
	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Valor do capital</b>
<b>Acionistas</b>		
TEP - Termoeletrica Potiguar S.A.	44.784	49.760
Maria das Graças B. N. Fernandes	<u>216</u>	<u>240</u>
<b>Total</b>	<b><u>45.000</u></b>	<b><u>50.000</u></b>

### **Capital social**

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo no 202 da Lei nº 6.404/76.

### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6404/76, até o limite de 20% do capital social, e, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída a reserva legal em função do limite já ter sido atingido, montante de R\$10.000.

### **Incentivos fiscais do imposto de renda**

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda (75%), que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu o montante de R\$14.533 (R\$14.772 em 2021) a título de Reserva de incentivo fiscal SUDAM, perfazendo um montante acumulado de R\$80.534 (R\$66.001 em 2021).

### **Excesso de reservas de lucros retidos**

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social.

### **Lucro líquido básico e diluído por ação**

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderadas de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	60.529	42.292
Média ponderada de ação por lote de mil	45.000	45.000
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	1,345	0,940

A Companhia não possui instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

### **Dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	60.529	42.292
Reserva legal	-	-
Reserva Para Incentivos Fiscais	(14.533)	(14.772)
Base para dividendos	45.996	27.520
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>11.499</b>	<b>6.880</b>
Juros sobre capital próprio 2022	(12.000)	-
<b>Dividendos mínimos obrigatórios constituído</b>	<b>-</b>	<b>6.880</b>

Em 19 de abril de 2021, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R\$5.850 (R\$0,23 por lote de mil ações) de juros sobre capital próprio já reconhecido no exercício de 2020 e R\$4.866 referentes a dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no fim do exercício de 2020, reconhecidos em 2021 e totalmente pagos no transcorrer do ano de 2021 conforme disponibilidade de caixa.

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$17.000 referentes a dividendos intermediários correspondentes ao exercício social de 2021, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 25 de março de 2022, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$22.600 (R\$0,50 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 12 de abril de 2022, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária aprovou a distribuição de R\$17.000 (R\$0,37 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários relativos ao exercício de 2021 e R\$10.520 (R\$0,23 por lote de mil ações) referentes a dividendos adicionais complementares correspondentes ao saldo de lucros retidos no fim do exercício de 2021 e totalmente pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 13 de maio de 2022, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$26.000 (R\$0,57 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$30.000 (R\$0,67 por lote de mil ações) referentes a dividendos intermediários correspondentes à conta de reserva de lucro do exercício de 2021, os quais foram pagos R\$ 6.478 no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 18 de agosto de 2022 a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$7.000 (R\$0,15 por lote de mil ações) de juros sobre capital próprio referentes ao 1.º semestre de 2022, os quais foram pagos no transcorrer do ano de 2022 conforme disponibilidade de caixa.

Em 23 de dezembro de 2022 a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.000 (R\$0,11 por lote de mil ações) de juros sobre capital próprio referentes ao 2.º semestre de 2022, os quais serão pagos no transcorrer do ano de 2023 conforme disponibilidade de caixa.

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2022 está apresentado a seguir:

Saldo dividendos a pagar 2020	4.973
Dividendos propostos referente a 2020	4.866
Dividendos intermediários de 2021	17.000
Dividendos pagos	<u>(9.839)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2021	17.000
Dividendos propostos referente a 2021	89.120
Juros sobre capital próprio de 2022	12.000
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.800)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	<u>(87.798)</u>
Saldo dividendos adicionais a pagar 2022	<u>28.522</u>

## 19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Taxa efetiva	2022	Taxa efetiva	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		71.773		44.386
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)		(24.403)		(15.091)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições		(1.001)		1.897
Exclusões		248		(352)
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC06		(1.516)		(14.333)
Lucros Contratos Celebrados Entidades Governamentais-2021 (Regime de Caixa)		(9.225)		-
Juros sobre capital próprio		4.080		-
Atualização Saldo Crédito Habilitado PIS/COFINS		3.024		-
Demais adições e exclusões		179		4.337
Subtotal		(28.614)		(23.542)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)		14.533		14.772
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.837		6.676
Imposto de renda e contribuição social no resultado	15,67%	<u>(11.244)</u>	4,72%	<u>(2.094)</u>

(\*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

## 20 Receita líquida

	2022	2021
Receita de venda de energia (a)	43.098	37.925
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	59.729	59.646
Deduções de venda		
PIS	(2.804)	(2.366)
COFINS	(12.917)	(10.898)
ICMS	(46.884)	(48.296)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.525)	(1.289)
Total	<u>38.697</u>	<u>34.722</u>

(a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para a Eletronorte, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com a Eletronorte.

- (b) Receita com venda da potência contratada: refere-se à potência contratada (obrigações de desempenho ao longo do tempo), referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos, dentre eles: (i) custo e remuneração do investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão e uso do sistema de distribuição e transmissão; (iii) custos de seguros e garantias da usina; e (iv) tributos e encargos diretos e indiretos necessários à execução do objeto dos contratos de venda de energia elétrica.

## 21 Custos e despesas por natureza

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(3.640)	(3.214)
Depreciação e amortização	(1.033)	(912)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(233)	(224)
Custos com manutenção e operação (a)	(23.873)	(33.646)
Custos e despesas com seguros	(1.627)	(2.298)
Despesas com viagens e comunicações	(350)	(166)
Serviços de terceiros	(917)	(484)
Assessoria e consultoria	(3.021)	(2.309)
Tributos (b)	6.708	387
Outras despesas (receitas)	632	(1.401)
<b>Total</b>	<b><u>(27.354)</u></b>	<b><u>(44.267)</u></b>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(23.767)	(35.409)
Despesas gerais e administrativas	(11.311)	(7.806)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.724	(1.052)
<b>Total</b>	<b><u>(27.354)</u></b>	<b><u>(44.267)</u></b>

- (a) Os motogeradores convertidos tiveram os horímetros zerados e voltaram ao estado de motores novos, com menor custo de operação e manutenção. Ver NE 7.
- (b) Refere-se a habilitação do crédito tributário na RFB através dos processos administrativos decorrentes da decisão judicial.

## 22 Resultado financeiro

	2022	2021
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.662	1.462
Atualização saldo de lucros inflacionários	25	-
Atualização saldo crédito habilitado PIS/COFINS (a)	8.895	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(543)	(557)
Correção receita financeira leasing - CPC 06 (b)	12.821	16.543
Receita financeira leasing - CPC 06 (c)	51.430	30.958
Variações cambiais positivas	13	3.283
Outras receitas financeiras, líquidas	114	13.505
Subtotal	<u>75.417</u>	<u>65.194</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(12.346)	(10.116)
Amortização de custo de captação	(567)	(567)
Variações cambiais negativas	(1.864)	(158)
Outras despesas financeiras, líquidas	(210)	(422)
Subtotal	<u>(14.987)</u>	<u>(11.263)</u>
Total	<u>60.430</u>	<u>53.931</u>

- (a) Refere-se a atualização pela SELIC do crédito tributário habilitado na RFB através dos processos decorrentes da decisão judicial.
- (b) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.
- (c) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

## 23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### **Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil 2022			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2	37.490	37.492	Nível II
Depósito bancários vinculados	-	6.263	6.263	Nível II
Contas a receber	35.996	-	35.996	-
Arrendamento mercantil a receber	-	137.267	137.267	Nível II
Outras contas a receber	51.170	-	51.170	-
<u>Total</u>	87.168	181.020	268.188	

	Valor contábil 2022			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	2.755	-	2.755	-
Empréstimos e financiamentos	-	65.908	65.908	Nível II
Dividendos à pagar	28.522	-	28.522	-
Outras contas a pagar	1.651	-	1.651	-
<u>Total</u>	32.928	65.908	98.836	

	Valor contábil 2021			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.240	18.244	Nível II
Depósito bancários vinculados	-	6.093	6.093	Nível II
Contas a receber	109.637	-	109.637	-
Arrendamento mercantil a receber	-	187.028	187.028	Nível II
Outras contas a receber	1.050	-	1.050	-
<u>Total</u>	110.691	211.361	322.052	

	Valor contábil 2021			Níveis
	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Total	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores	2.235	-	2.235	-
Empréstimos e financiamentos	-	109.393	109.393	Nível II
<u>Total</u>	2.235	109.393	111.628	

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais da Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

#### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de cliente e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de cliente de 100%, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte deste cliente são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, rateia a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Estas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitaram a capacidade de condução do curso normal das operações.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Passivos financeiros não derivativos	Cenário	Taxas	Valor	Fluxo de caixa contratual	
			Contábil	12 meses	36 meses
Fornecedores	Alta do IPCA	5,42%	2.755	2.904	-
Empréstimos e financiamentos	Alta da CDI	13,30%	65.908	74.674	-
Dividendos à pagar	Alta do IPCA	5,42%	28.522	30.067	-
Outras contas a pagar	Baixa Selic	13,40%	1.651	252	1.620
<b>Total</b>			<b>98.836</b>	<b>107.897</b>	<b>1.620</b>

### ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

### *Taxa de câmbio*

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a estes passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos. Em 2022 a Companhia obteve de variação cambial líquida negativa de R\$1.851 (Em 2021 variação cambial líquida positiva de R\$3.125).

### *Taxa de juros*

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Para mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI (certificado de depósito bancário) e fundos de renda fixa.

### *Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2022, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2023. Na projeção do cenário II (possível), esta média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário				Saldo			
		Provável	Possível	Remoto	Contábil	Provável	Possível	Remoto	
		I (*)	II 25%	III 50%		I	II 25%	III 50%	
<b>Passivo - Empréstimos e financiamentos</b>									
Banco do Brasil S.A.	Alta da CDI	13,30%	16,63%	19,95%	(65.908)	(74.674)	(76.865)	(79.057)	
Total empréstimos e financiamentos					<u>(65.908)</u>	<u>(74.674)</u>	<u>(76.865)</u>	<u>(79.057)</u>	
<b>Ativo - Aplicações financeiras</b>									
Banco Itaú	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	13.044	14.779	14.345	13.911	
Banco do Brasil S.A.	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	5	6	5	5	
Banco XP Investimentos	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	24.441	27.692	26.879	26.066	
Total aplicações financeiras					<u>37.490</u>	<u>42.477</u>	<u>41.229</u>	<u>39.982</u>	
<b>Ativo - Depósitos bancários vinculados</b>									
Banco do Brasil	Baixa do CDI	13,30%	9,98%	6,65%	6.263	7.096	6.888	6.679	
Total depósitos bancários vinculados					<u>6.263</u>	<u>7.096</u>	<u>6.888</u>	<u>6.679</u>	
Total líquido					<u>(22.155)</u>	<u>(25.101)</u>	<u>(28.748)</u>	<u>(32.396)</u>	
*Fonte: Banco Santander					Efeito no resultado	<u>-</u>	<u>(2.946)</u>	<u>(6.593)</u>	<u>(10.241)</u>

#### *Gestão do capital social*

O capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes aos acionistas, representados por pessoas físicas e jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas.

#### *Política de preços (ambiente regulatório)*

Existe um contrato bilateral entre a Companhia e a Eletronorte de fornecimento do que é enquadrado como arrendamento mercantil financeiro. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

#### *Quanto à escassez de combustível*

A Companhia gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e aplicação de multas por parte da Eletronorte. Considerando a conversão dos motores para operação com 100% gás natural, a Companhia não faz mais aquisições de óleo combustível, com isso uma possível escassez deste combustível não apresenta riscos para a operação. A Eletronorte é responsável pelo fornecimento do gás natural, não sendo a Companhia responsável por este contrato, atuando apenas no seu consumo para geração de energia. A Companhia entende não haver riscos relevantes que justifique o reconhecimento de perdas.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

## **24 Compromissos assumidos**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$20.809, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$232, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$19.127, com vigência até maio de 2025.
- Serviços gerais de R\$313, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.137, com vigência indeterminada.
- Contrato bilateral de venda de energia R\$216.840, com vigência até maio de 2025.

## **25 Transações que não afetaram o caixa**

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

### **Exercício de 2022**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 28.014.

### **Exercício de 2021**

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 18.656.
- Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos no montante de R\$ 6.880.

### **26 Eventos subsequentes**

Em março de 2023 houve o ganho da ação de cobrança movida pela Companhia com a Amazonas Distribuidora de Energia S/A e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, visando a cobrança das parcelas em aberto relativas ao preço do combustível, que totalizam o montante de R\$50.054.